

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO SEXUAL NO COMPONENTE CURRICULAR CIÊNCIAS NATURAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Priscilla Fernanda Magalhães Rosa²³

Guadalupe de Moraes Santos Silva²⁴

RESUMO: O presente artigo, tem como finalidade discutir sobre a importância da atuação do pedagogo no trato da inserção da educação sexual no ensino de Ciências Naturais, tendo como uma das finalidades, a proteção e segurança da criança, através das orientações e conhecimentos tratados nesse componente curricular. Além disso, pretende-se também, desmistificar a ideia de que a educação sexual na escola tem outros fins que não sejam conteúdos educativos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e fez uso de fontes, tais como: artigos científicos, tendo como os principais autores Bueno, Ribeiro entre outros.

Palavras-chave: Educação Sexual. Ciências Naturais. Pedagogo, Abuso Sexual Infantil.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the importance of the pedagogue's role in dealing with the insertion of sex education in the teaching of Natural Sciences, having as one of the purposes, the protection and safety of the child, through the guidelines and knowledge dealt with in this curricular component. In addition, it is also intended to demystify the idea that sex education at school has purposes other than educational content. The methodology used was the bibliographical research and made use of sources, such as: scientific articles, having as the main authors Bueno, Ribeiro, among others.

Keywords: Sex Education. Natural Sciences. Pedagogue, Child Sexual Abuse.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma das violências mais traumáticas a ser praticada, e é uma violação dos direitos contra a criança e ao adolescente. Independentemente de sua classe social, ela abrange todo tipo de família, mas acomete na maior parte, crianças de classes sociais mais baixas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069/90| Lei n°8.069, de 13 de julho de 1990: “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

²³ Acadêmica do curso de Pedagogia na Faculdade São Luís de França. E-mail: <cilahmagalhaes@hotmail.com>.

²⁴ Professora orientadora e regente da disciplina Trabalho e Conclusão de Curso. E-mail: <guadalupe71@sousaoluis.com.br>.

Segundo Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira , Germano Miguel Favaro Esteves , Celia Bertogna Guilherme (A Educação Sexual segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ainda é manifestado que para uma educação sexual de excelência é necessário um bom relacionamento entre os professores e alunos, criando um vínculo de confiança para que tenham um diálogo aberto afim de esclarecer as dúvidas sobre o tema de maneira mais natural, sem constrangimentos ou julgamentos.

A escola não deve ser a única a abordar temas como a educação sexual com crianças, pois existem referências que consideram que somente a família pode fazê-lo e a escola deve atuar como uma instituição continuadora dessas referências, prestando informações mais completas a respeito da sexualidade, esclarecendo e corrigindo as possíveis distorções acerca do tema que estas podem ter (SUPLICY,1983). A escola é uma das principais instituições consideradas ideais para detecção, intervenção e encaminhamento em casos de abuso sexual infantil, visto que casos de abuso fora do âmbito familiar da vítima são minoria (Flores,1998).

A violência sexual é qualquer ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Sua intenção é estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse episódio violento pode variar desde atos que não se produzem o contato sexual (exibicionismo, produção de fotos), até diferentes ações que incluem contato sexual com ou sem penetração. Engloba também a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002; apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004). A disseminação de informações falsas referente a Educação Sexual e com a interferência da religião que distorce a sua definição com o seu fanatismo religioso sem embasamento científico. A importância da educação sexual no ensino de ciências reflete na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de gravidez precoce e o principal proteger contra o abuso sexual infantil (ASI).

De acordo com o site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram divulgados dados embasados em ligações para o Disk 100, que é o número de telefone de denúncia, sobre casos de violência sexual entre crianças e adolescente. Segundo o Ministério, dos 159 mil registros de ligações no decorrer do ano de 2019, 86,8 mil são de

direitos de crianças e adolescentes. Com um aumento de quase 14% comparado ao ano de precessor. Cerca de 11% das denúncias são relacionadas a violência sexual a este grupo citado.

Segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, identificou que, infelizmente, 73% dos casos que acomete a vítima, é praticado por familiares, mas que 40% é cometido pelo pai ou padrasto. Ainda segundo o Ministério, os suspeitos pelo ato são praticados por homens adultos é de 87% e 60% com a idade entre 25 e 40 anos. As principais vítimas são adolescentes, 46% do sexo feminino de idade entre 12 e 17 anos. Diante essa situação, reforçamos a importância da educação sexual nas escolas, para ajudar a combater o abuso sexual infantil.

O trauma do (ASI), também interfere na vida adulta, trazendo para si, sequelas emocionais, cognitivas, sociais e comportamentais, gerando transtornos e psicopatologias, tendências suicidas, isolamento, comportamento sexual inapropriado (Briere & Elliott, 2003; MacMillan et al., 2001; Tyler, 2002). Como o Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), que é apontado como um dos mais frequentes, podendo variar ente 20 e 50% das crianças desenvolverão esses sintomas, também como depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno de ansiedade, transtorno dissociativo, entre outros (Ackerman, Newton, McPherson, Jones, & Dykman, 1998; Nurcombe, 2000; Paolucci et al., 2001).

Neste sentido, este estudo tem como finalidade discutir sobre a importância da atuação do pedagogo no trato da inserção da educação sexual no ensino de Ciências Naturais, tendo como uma das finalidades, a proteção e segurança da criança, através das orientações e conhecimentos tratados nesse componente curricular. Além disso, pretende-se também, desmistificar a ideia de que a educação sexual na escola tem outros fins que não sejam conteúdos educativos.

A metodologia para a elaboração deste artigo, configura-se em uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, pautando-se em artigos científicos, monografias, livros e sites. Desta forma, este estudo se justifica partindo do entendimento de que a educação sexual deve ser trabalhada na escola para contribuir para a proteção e segurança das crianças, além de fornecer conhecimentos referentes ao corpo humano saúde e prevenção de doenças.

A escolha deste tema partiu da indignação, enquanto cidadã e também como estagiária do curso de Pedagogia, experimentando o ambiente escolar; além disso, observando situações e casos de violência nas escolas e percebendo a necessidade de ações nesse sentido.

2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Há 30 anos, alguns autores como Bedin (2016), Chauí (1984), Figueiró (1998), Pinheiro (1997), Ribeiro (2004, 2013), Rosemberg (1985), Russo e Rohden, (2011) e Silva (2002), veem estudando sobre Educação Sexual no Brasil.

Neste sentido, Ribeiro (2004, 2013) identificou seis períodos que marcaram a História da Educação Sexual no Brasil, mas neste estudo, somente quatro períodos, o primeiro, terceiro, quarto e quinto.... Segundo o referido autor, o primeiro período, ocorreu na época do Brasil Colônia, tendo como marco a “liberação” do sexo libidinoso para os homens, submissão, pudor, normas, regras e repreensão para as mulheres impostas pela Igreja Católica.

O terceiro período, ocorreu nas décadas de 20 e 30, foi marcado pelos primeiros trabalhos tratando da Educação Sexual nas escolas, que tinha como a perspectiva biológica, sendo os pioneiros a trabalhar com esse tema foram os educadores e médicos. Médicos e professores defendiam que esse tema fosse abordado na escola, porém, o real motivo era a melhoria da saúde da mulher, mas, sem tirá-las do seu status na sociedade de esposa, mãe e submissa ao seu marido, de cunho moralista e biológico, afim de “perverção moral”, “psicoses sexuais e “preservação da espécie”. No entanto, em contraposição, também surgiu neste mesmo período histórico, um movimento feminista organizado por Bertha Lutz, uma ativista feminista, educadora, bióloga, diplomática e política brasileira, que tinha por motivação, implantar a Educação Sexual nas escolas afim de proteger a infância e a maternidade. Sendo assim, em 1930, a primeira tentativa de inclusão em algumas escolas do país, foi realizada, exemplo disso foi o Colégio Batista, no Rio de Janeiro. Essa tentativa persistiu por anos, finalizando com a intervenção da Igreja Católica até 1960, a qual, tinha um grande poder de controle referente a educação nacional de um modo geral. De acordo com Chauí (1984),

“a Igreja Católica compreende o sexo como essencialmente atado ao pecado, à morte e à finitude, devendo ser tratado com continência ou mesmo abstinência, ainda que ao longo da história tenham sido permitidas “concessões” que acompanharam as mudanças sociais e formulações filosóficas”.

Ainda com base no autor, o casamento, por exemplo, desde o século XIII, tem sido compreendido como um “mal menor”, uma alternativa àqueles que não conseguem se manter virgens. O posicionamento sempre foi repressivo quanto ao tema sexualidade, informações e manifestações de estudantes eram reprimidas.

Em 1960, daqui em diante há implementações de programas de Educação Sexual (E.S) em algumas escolas do país, sendo algumas delas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, devido ao grande número de transformações políticas e culturais. Esse foi o quarto período da Educação

Sexual no Brasil. Mas foi censurado (impedido) devido Golpe Militar de 1964, pois era tido como imoral e contra os bons costumes. A partir de então, houve um retrocesso na E.S., pois, professores que ainda continuavam suas aulas de E.S. foram denunciados, mas os continuavam de forma clandestina. Entre as décadas de 61 e 69, houve uma experiência em introduzir a E.S em colégios no estado de São Paulo. Elas ocorriam como seminários, trabalhos com os pais, atendimento individual ao aluno e era inserido nas disciplinas: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Ciências, Educação Física, Educação Musical, Educação Doméstica, Artes Plásticas e Visuais.

Em 1965, o secretário de Educação do Estado de São Paulo, Ataliba Nogueira, reprimiu a informação nas redes públicas de ensino, sobre o uso de meios contraceptivos, devido ao contexto político que priorizava o planejamento pró-natalista, com o intuito de preservar a natalidade e o puritanismo. Com o decreto do Ato Institucional nº5, o A.I 5, em dezembro de 1969, designou ao Ministério da Justiça que censurasse todo e qualquer conteúdo que fosse contrário aos valores morais, normas de conduta estabelecidos. Já em 78, ocorreu o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, que desencadeou e ampliou o debate público sobre E.S nas escolas, e ganhou destaque na mídia, que como consequência, tem a volta da E.S. nas escolas, iniciado pela Prefeitura de São Paulo (1978 a 1982) e a Secretaria de Educação de São Paulo (1980 a 1986). Segundo Ribeiro (2004) esse é o quinto momento da Educação Sexual no Brasil.

Com o surgimento da AIDS, em 1981, percebeu-se então, a necessidade de debates com a população acerca de E.S, e uma educação diretamente focada nessa área, com o intuito da prevenção da doença. Segundo Rita de Cássia Pereira Bueno e Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, em 1980, foi desenvolvido um projeto pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP. O projeto foi composto por duas partes: 1 - estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 - experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores e orientadores educacionais, com a intencionalidade de inserir um programa de Educação Sexual na grade curricular, nas disciplinas de Ciências e Programas de Saúde. Outro projeto foi o denominado Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade, em seis escolas públicas da capital paulista, com sua primeira etapa em 1980.

A importância da educação sexual no ensino de ciências reflete na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de gravidez precoce e o principal proteger contra o abuso sexual que, em mais de 80% dos casos, ocorre por familiares ou pessoas próximas das vítimas. Não só meninas são abusadas sexualmente, meninos também, mas a maioria da parcela é de menina. De acordo com a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, Art. 4º, inciso III,

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

A violência sexual é qualquer ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Sua intenção é estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse episódio violento pode variar desde atos que não se produzem o contato sexual (exibicionismo, produção de fotos), até diferentes ações que incluem contato sexual com ou sem penetração. Engloba também a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002; apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004).

O maior número de casos de abuso sexual ocorre em crianças entre 8 e 12 anos de idade. O abuso sexual não se limita a relação sexual propriamente dita, mas também é considerado qualquer outro contato de natureza sexual (beijos, toques, etc.), expor o órgão sexual a uma criança, imagens pornográficas e tirar fotos de crianças com viés sexual.

2.1 OS PCN'S E A EDUCAÇÃO SEXUAL

Em 1997, criou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCNs). Através do MEC (Ministério da Educação), que são diretrizes que norteiam professores, e gestores pedagógico terem autonomia na elaboração da adaptação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), garantindo um amplo conhecimento básicos ofertados pela escola. Na temática da Orientação sexual, estamos voltados a somente tratar dois eixos: Corpo Humano e Prevenção as Doenças Sexualmente

Transmissíveis/AIDS. O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas. Finalmente pode-se afirmar que a implantação de Orientação Sexual nas escolas contribui para o bem-estar das crianças e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (PCN, 1997).

Em 2011, o MEC criou um projeto que gerou grande polêmica e teve que ser vetado, pelo então presidente da república Michel Temer, devido as pressões dos partidos conservadores. Este projeto denominava-se “Escola sem Homofobia”, com a finalidade que objetivava incluir “ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis a garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”, como diz no documento. Cavalcanti (1993), que entende que,

[...] Educação sexual não é apenas educação para contracepção nem para evitar Doenças Sexualmente Transmissíveis. Educa-se para a felicidade sexual das pessoas. Educa-se para preparar um indivíduo, através do uso responsável da liberdade, para ser um agente eficaz de promoção da felicidade individual e coletiva. Educa-se para uma liberdade sexual, mas para uma liberdade responsável que faz com que o indivíduo respeite a liberdade sexual do outro, os limites e a integridade do outro. Evitar AIDS e gestações indesejáveis são meras consequências [...]
(CAVALCANTI, 1993 p.168).

3 O COMPONENTE CURRICULAR CIÊNCIAS NATURAIS NA BNCC

A inserção da disciplina Ciências no currículo escolar do Brasil tem pouco tempo. Deu-se em 21/12/1961, quando foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), LEI nº 4061/61, em 1961, instituindo a obrigatoriedade da disciplina apenas no Ensino Fundamental Anos Finais. Já em 1971, com a criação de uma nova lei, a lei 5692, e inserida na nova edição da LDB, agora torna obrigatória a disciplina também para os anos iniciais. Por sua vez, há também, alteração na formação dos professores, antes eram graduados pela Escola Normal, agora então, de forma profissionalizante em nível médio, com a denominação Curso de Magistério.

Posteriormente, no ano de 1961, houve outra edição da LDB que introduziu a Lei nº 9394, que para lecionar na Educação Infantil e Anos Iniciais, era obrigatório ter curso superior. O professor precisará ter como objetivo despertar o interesse, a curiosidade dos alunos a respeito de ciências, e atendendo as especificidades da educação científica.

Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), ao estudar Ciências, as pessoas aprendem a respeito de si mesmas, da diversidade e dos processos de evolução e manutenção da

vida, do mundo material – com os seus recursos naturais, suas transformações e fontes de energia do nosso planeta no Sistema Solar e no Universo e da aplicação dos conhecimentos científicos nas várias esferas da vida humana. Essas aprendizagens, entre outras, possibilitam que os alunos compreendam, expliquem e intervenham no mundo em que vivem.

Na elaboração do currículo no ensino de ciências, o componente curricular foi dividido em três unidades temáticas: Matéria e energia, Vida e evolução, Terra e Universo. Nosso foco é voltado para Vida e evolução, que propõe estudos relacionados aos seres vivos. Nos anos iniciais, são trabalhadas as características dos seres vivos partindo de ideias com representações, disposições emocionais e afetivas que os alunos trazem para a escola. O foco para essa unidade, é voltado para a percepção do corpo humano, o entendimento que ele é todo articulado e que o funcionamento do corpo é interligado as funções específicas de cada sistema.

Segundo a BNCC, nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

3.1 DIFICULDADES E DESAFIOS NO ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS

Uma das dificuldades existentes da inserção da educação sexual nas escolas de educação básica, essa é a falta de informação e preconceito de famílias tradicionais acerca desse assunto. Muito se discute se é de fato necessário a introdução de educação sexual nas escolas, como é um assunto polêmico, quando tocado, gera muito desconforto perante a sociedade. Existe também muita insegurança entre aluno, escola e família. A falta de preparo dos docentes quanto a abordagem do assunto, incluindo também, desconfiança e medo relacionado aos alunos e famílias, afinal, temos medo do que não conhecemos. Alguns profissionais da área da educação, possuem dificuldades, tabus, para abordar o tema e inserir educação sexual, perante a ideia de que este assunto deva ser exclusivamente abordado pelos familiares, fora do recinto escolar.

Professores com o preparo adequado são facilitadores da informação e como a finalidade consiste em transmitir à criança informações corretas sobre sexualidade, estes devem relacionar o sexo a um ato de afeto, que implica em respeito mútuo, responsabilidade e prazer (SUPLICY,1983).

[...] considerou o envolvimento da instituição educacional como lugar de cuidado integral à criança, não se restringindo apenas à educação formal, ou seja, a adoção de uma visão ampliada de educação, na medida em que extrapola o papel de

transmissora de conhecimentos e além do de formadora de valores, assume, adicionalmente, um papel de proteção à criança trabalhando em sintonia com as leis brasileiras de 6 proteção à infância e à adolescência (BRASIL, 2004 apud WILLIAMS E ARAÚJO,2009, p124).

Diante das dificuldades com o governo Jair Messias Bolsonaro, disseminando *fake News*, o referido tema se tornou um tabu ainda maior, com prejuízo no esclarecimento dos alunos e emergindo pré-conceitos entre os pais, pois, em sua época, não tiveram oportunidade de refletir sobre esse tema. Não podemos separar a educação sexual do contexto escolar, entretanto, há dificuldades na sua inserção no meio educacional, principalmente na educação básica nos anos iniciais. Devido a carência de diálogo sobre o tema, também não temos professores preparados para quebrar esse bloqueio. É imperativo o diálogo até mesmo sobre a dificuldade de se tocar nesse assunto. Ribeiro (2017) diz que trabalhar com educação sexual deve ter como objetivo,

[...] desenvolver estratégias pedagógicas que permitam conhecer, refletir e questionar sobre Gênero, Classes Sociais, Raça e Etnia, Relações Geracionais, Cidadania, Direitos Humanos pois não é possível no contexto atual, abordar Sexualidade, 22 atitudes e comportamentos sexuais, falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Anatomia e Fisiologia Sexual, Gravidez, Métodos Contraceptivos, sem relacionarmos com as categorias sociais que vão possibilitar a compreensão de que nossa concepção e percepção da Sexualidade é uma construção histórica, e altera-se de época pra época e de povo pra povo. Ou seja, temos de ir além da informação biológica.

As dificuldades dos professores em realizar a educação sexual têm sido evidenciadas em vários estudos (PIASENTIM, 2009; GARCIA, 2005; BOMFIM, 2009). Os estudos com o tema abordado, tem evidenciado que os motivos para as dificuldades para abordar o assunto são: insegurança, timidez falta de preparo docente, e que o tema tenha que ser debatido apenas pela família.

4 EDUCAÇÃO SEXUAL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NATURAIS

Nas aulas de ciências do ensino fundamental anos iniciais, a E.S. deve ser abordada de forma interdisciplinar, como em Língua Portuguesa, ao analisar linguisticamente e as mensagens subliminares dos ditados populares que tendem para a sexualização da mulher e da masculinidade/machismo de forma contextualizada. Entretanto, a interdisciplinaridade não é tão fácil, cabe a escola garantir conhecimento científico necessário para usar a interdisciplinaridade a favor da educação sexual e assim, trabalha-la de forma correta, afim de esclarecer as dúvidas desses jovens. Diante disso, a importância da formação continuada dos professores, para poder acompanhar a evolução da sociedade.

A interdisciplinaridade no ensino de ciências, não pode permanecer apenas no foco biológico, mas que abranja também, temas relativos como saúde sexual, cidadania e direitos humanos, tipos de relacionamentos (familiar, amoroso, abusivo, profissional, amizade), diversidade sexual e respeito. Já na educação infantil, deve-se tratar do assunto de forma lúdica, com brincadeiras e jogos. Deve haver respeito a cada faixa etária para tratar de E.S. Nas aulas de ciências tratando o assunto Corpo Humano, o aluno entenderá as diferenças fisiológicas da mulher e do homem, funcionalidade dos órgãos sexuais, funcionalidade dos sistemas reprodutores, respiratório e digestivo. Os temas que podem ser abordados na E.S nas escolas de Ensino Fundamental na Educação Básica, são: corpo masculino e feminino, transformações de corpo na puberdade, igualdade de gênero, sistema reprodutivo, métodos contraceptivos, abusos sexuais infantis, prevenção da gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (DST's).

Tendo em vista o poder de transformação que a escola e seus respectivos professores têm, para que crianças e adolescentes, possam construir novas práticas e atitudes direcionadas ao respeito às diferenças e a formação de uma sociedade mais crítica e reflexiva ((ALVES AN, 2018).

É de suma importância, mostrar a sociedade políticas públicas com os benefícios da educação sexual nas escolas, explicar que educação sexual não é ensinar a fazer sexo. Dialogar é uma forma de trabalhar esse assunto, deixando o aluno confortável para conversar, sem julgá-lo, pois, esse é um dos motivos que eles não conversam com os pais, o medo de serem julgados e castigados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual infantil não ocorre só através de contato físico, ele ocorre de diversas formas, com suas especificidades, logo, precisamos de políticas públicas referente ao abuso e proteção a criança e ao adolescente. Inserir a educação sexual no ensino de ciências para que os alunos consigam reconhecer quando e se estão sendo abusados, pois a educação é uma forma de proteger a integridade física, mental e emocional da criança, ensinar os riscos de uma gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, respeito ao seu corpo e ao do próximo. Esse crime pode trazer consequências não só físicas, mas também psicossociais.

Devemos proteger nossas crianças e ensina-las a importância do autoconhecimento, o enfretamento do problema e a autodefesa perante essas situações, e principalmente denunciar. Portanto, a inserção da Educação Sexual no currículo escolar é de suma importância, por sua vez, tem a interferência da família e sociedade, deturpando o significado da Educação Sexual. Desta forma,

precisamos de mais propagandas em rádio, televisão, rede sociais e internet explicando o que é a educação sexual, para podermos quebrar os tabus e assim, poder inseri-la com menos dificuldade no currículo escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Estephany da Silva. **Educação Sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios enfrentados pelo professor.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. 2021.
- ARAÚJO, R.B.; KATCHOROVSKI, J. R.; WROBLEWESKI, G. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70475/abuso-sexual-na-infancia-e-suas-repercussoes-na-vida-adulta>. Acesso em: 07 de out. 2022. 2018.
- BARBOSA, L. U., VIÇOSA, C. S. C. L., & FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, 11(10), e772. <https://doi.org/10.25248/reas.e772>. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de set. 2022.
- BUENO, R.C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da Educação Sexual no Brasil: Apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana.** Vol. 29. 2018. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 02 de ago. de 2022.
- DELIZOICOV, N. C., & SLONGO, I. I. P. O ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental: elementos para uma reflexão sobre a prática pedagógica. **Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB**, (32). 2013. Disponível em: Recuperado de <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/75>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.
- GONÇALVES, R. C., J. H. FALEIRO, G. MALAFAIA. educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>. **Revista Holos.** Natal. Acesso em: 01 de ago de 2022.
- NASCIMENTO, A. F do, OLIVEIRA, M. M, AMAZONAS, F. I. G. T., HORA, G. S., BASTOS, H. S., RAMALHO, Deisy, RODRIGUES, J. F. L. do. **Abuso sexual infanto-juvenil: um estudo sobre o enfrentamento institucional em Sergipe.** Ciências Humanas e Sociais | Aracaju | v. 3 | n.3 | p. 101-116 | Outubro 2016 | periodicos.set.edu.br. 2016.
- RIBAS, T. R.; SCHNEIDER Jr., B. **Gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis: estudo e prevenção.** Cadernos PDE:O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE. Vol. 1. 2007. Governo do Estado do Paraná. 2007. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_utf_pr_cien_artigo_taiッサ_roberta_ribas.pdf. Acesso em: 01 de ago. de 2022.